

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	59
-----------------------------	----

PARTE I – PARTE GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO

LIVRO I – NORMAS PROCESSUAIS CIVIS	64
--	----

CAPÍTULO I – NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	64
--	----

1. Introdução	64
2. Normas Processuais Civis	65
3. Normas fundamentais do processo civil: modelo constitucional do processo	68
4. Demanda, inércia judicial e impulso oficial	69
5. Inafastabilidade da jurisdição	70
6. Duração razoável do processo	71
7. Boa-fé	72
8. Cooperação	73
9. Igualdade processual das partes	76
10. Parâmetros na interpretação e aplicação do ordenamento jurídico	78
11. Contraditório prévio	79
12. Vedação das decisões surpresa	80
13. Publicidade dos julgamentos	82
14. Fundamentação das decisões	84
15. Ordem cronológica de conclusão para prolação das decisões	86
16. Subproduto da reprodução na lei de garantias constitucionais – exclusão do recurso extraordinário	88

CAPÍTULO II – DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS	90
---	----

17. Aplicação das normas processuais: eficácia espacial e temporal da lei processual	90
18. Eficácia espacial	90
19. Eficácia temporal	91
20. Aplicação subsidiária e supletiva do ordenamento processual civil	94

LIVRO II – FUNÇÃO JURISDICIONAL	97
---------------------------------------	----

CAPÍTULO III – DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO	97
21. Introdução	97
22. Jurisdição e ação	97
23. Jurisdição e processo arbitral	98
CAPÍTULO IV – LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E COOPERAÇÃO INTERNA- CIONAL. LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL	100
24. Limites da jurisdição nacional e cooperação internacional	100
25. Competência internacional da justiça brasileira	101
26. Litispendência internacional	102
27. Eleição de “foro internacional”	104
CAPÍTULO V – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	106
28. Importância da cooperação internacional	106
29. Disposições gerais sobre cooperação internacional	107
30. Objeto da cooperação internacional	108
31. Medidas de cooperação: auxílio direto e carta rogatória	109
32. Auxílio direto	109
33. Carta rogatória	111
CAPÍTULO VI – COMPETÊNCIA INTERNA	114
34. Competência interna: aspectos gerais	114
35. Identificação do órgão judicial competente	115
36. Competência originária do STF	118
37. Competência originária do STJ	119
38. Competência das justiças especializadas	121
39. Competência da justiça federal	123
40. Competência da justiça dos estados	126
41. Regulamentação da competência no CPC	126
42. Momento da determinação da competência	127
43. Efeito da fixação da competência: a “perpetuatio jurisdictionis”	127
44. Critérios para a fixação da competência adotados no CPC-15	129
45. Regra geral: competência de foro (territorial) pelo domicílio do réu	130
46. Regras especiais: réu com vários domicílios	131
47. Regras especiais: réu com domicílio incerto ou desconhecido	132
48. Regras especiais: réu sem domicílio no Brasil	132
49. Regras especiais: pluralidade de réus com domicílios distintos	133
50. Regras especiais: competência de foro na execução fiscal	133
51. Regras especiais: foro da situação da coisa nas demandas fundadas em direitos reais sobre imóveis	133
52. Regras especiais: foros alternativos na demanda fundada em direito real sobre imóvel	135

53. Regras especiais: foro da situação da coisa nas possessórias imobiliárias	135
54. Regras especiais: foro do domicílio do autor da herança	136
55. Regras especiais: foros concorrentes no processo de inventário do falecido que não possuía domicílio certo	137
56. Regras especiais: foro do último domicílio do ausente	138
57. Regras especiais: foro do domicílio do representante ou assistente do incapaz	138
58. Regras especiais: foros nas ações em que a União for parte	139
59. Regras especiais: competência de foro nas causas em que seja parte o estado ou o Distrito Federal	141
60. Regras especiais: competência no processo de divórcio, separação, anulação do casamento ou dissolução da união estável	142
61. Regras especiais: foro do alimentando	143
62. Regras especiais: demanda em face de pessoa jurídica, sua agência ou sucursal, ou entidade sem personalidade jurídica	144
63. Regras especiais: foro para exigir o cumprimento de obrigação	145
64. Regras especiais: foro da residência da pessoa idosa	145
65. Regras especiais: foro da sede da serventia notarial ou de registro	147
66. Regras especiais: reparação de danos ou ação em que o réu é o administrador ou gestor de negócios	148
67. Regras especiais: reparação de dano causado por delito ou acidente de veículos	148
CAPÍTULO VII – MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA	150
68. Modificações de competência: relação entre demandas	150
69. Prorrogação de competência	151
70. Conexão	151
71. Continência	153
72. Reunião sem conexão	155
73. Prevenção	156
74. Remessa de autos em função da intervenção da união	157
75. Eleição de foro	159
76. Reconhecimento de ofício da invalidade e ineficácia da cláusula de eleição de foro	162
CAPÍTULO VIII – INCOMPETÊNCIA	164
77. Incompetência: aspectos gerais	164
78. Incompetência absoluta e relativa	164
79. Reconhecimento da incompetência	165
80. Conflito de competência	166
81. Procedimento e decisão no conflito de competência	168

CAPÍTULO IX – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	170
82. Cooperação nacional: previsão, utilidade e alcance	170
LIVRO III – SUJEITOS DO PROCESSO	172
CAPÍTULO X – DAS PARTES E DOS PROCURADORES. DA CAPACIDADE PRO- CESSUAL	172
83. Introdução	172
84. Partes	173
85. Parte legítima ou ilegítima	174
86. Parte e terceiro: parte principal e parte secundária	176
87. Capacidades dos sujeitos processuais	177
88. Capacidade no plano do direito material	177
89. Capacidades no plano do direito processual	178
90. Nomeação de curador especial	181
91. Consentimento marital	182
92. Suprimento judicial do consentimento marital	184
93. Capacidade processual propriamente dita: situações especiais	186
94. Consequências da incapacidade processual ou irregularidade de representa- ção	189
CAPÍTULO XI – DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES	192
95. Deveres das partes e de seus procuradores: aspectos gerais	192
96. Atos atentatórios à dignidade da justiça: consequências do descumprimento de deveres processuais	195
97. Dever de zelo quanto à linguagem empregada no processo	198
98. Responsabilidade das partes por dano processual	199
99. Sanções pela litigância de má-fé	200
CAPÍTULO XII – ENCARGOS FINANCEIROS DO PROCESSO	203
100. Aspectos econômicos do processo: das despesas, dos honorários e das mul- tas	203
101. Regime de adiantamento de despesas	204
102. Responsabilidade objetiva pelos ônus financeiros do processo	204
103. Responsabilidade objetiva e causalidade	206
104. Responsabilidade pelos encargos financeiros e proporcionalidade	208
105. Honorários advocatícios de sucumbência	209
106. Honorários contra a Fazenda Pública	211
107. Honorários nas causas de valor inestimável, muito baixo ou de irrisório proveito econômico	212
108. Honorários na ação de indenização por ato ilícito contra a pessoa	213
109. Majoração dos honorários em grau de recurso	214
110. Somatória com outras verbas	215

111. Somatória com verbas de sucumbência fixadas em embargos à execução ou em impugnação ao cumprimento de sentença	216
112. Do direito aos honorários de sucumbência	216
113. Possibilidade de demanda autônoma para fixação de honorários de sucumbência	217
114. Despesas de atos processuais praticados a requerimento da fazenda, do Ministério Público e da Defensoria Pública	218
115. Necessidade de recolhimento dos encargos de sucumbência para repropositura de demanda extinta sem exame do mérito	221
116. Despesas de atos adiados	221
117. Responsabilidade do assistente por encargos financeiros do processo	222
118. Remuneração do perito e do assistente técnico	223
119. Destinação de valores decorrentes da aplicação de sanções processuais	225
CAPÍTULO XIII – GRATUIDADE DA JUSTIÇA	227
120. Gratuidade da justiça: aspectos gerais	227
121. Titulares do direito à gratuidade da justiça	228
122. Alcance do direito à gratuidade da justiça	229
123. Parcial da gratuidade e parcelamento de despesas	229
124. Gratuidade e emolumentos extrajudiciais	231
125. Requisitos para a concessão da gratuidade processual	232
126. Impugnação da decisão concessiva ou denegatória do requerimento	233
127. Consequências da revogação da gratuidade	236
128. Caráter personalíssimo do direito à gratuidade processual	236
129. Gratuidade e recurso no interesse do advogado do beneficiário	237
130. Responsabilidade do beneficiário vencido pela sucumbência	238
131. Consequências da cessação do benefício	239
CAPÍTULO XIV – PROCURADORES	240
132. Procuradores: aspectos gerais	240
133. Regularidade da representação e das manifestações processuais da parte	240
134. Advogado atuando em causa própria	241
135. Postulação sem procuração em casos urgentes	242
136. Consequências da falta de regularização da representação processual	243
137. Poderes da cláusula geral e poderes extraordinários	246
138. Direitos e prerrogativas do advogado	248
CAPÍTULO XV – SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES	249
139. Sucessão das partes e seus procuradores: aspectos gerais	249
140. Sucessão das partes	251
141. Sucessão processual por ato “inter vivos”	251
142. Alteração de titularidade do direito por ato do poder público	252

143. Condição processual daquele que aliena o bem ou direito litigioso por ato de disposição "inter vivos"	252
144. Condição processual daquele que adquire o bem ou direito litigioso por ato de disposição "inter vivos"	253
145. Efetivação da sucessão processual por ato "inter vivos"	254
146. Exclusão do alienante ou cedente do bem ou direito litigioso	254
147. Intervenção do adquirente ou cessionário	255
148. Sucessão processual "causa mortis"	255
149. Modificação dos procuradores	257
150. Revogação do mandato	258
151. Renúncia ao mandato	258
152. Falecimento do advogado	259
CAPÍTULO XVI – DO LITISCONSÓRCIO	261
153. Processo com pluralidade de partes: litisconsórcio e intervenção de terceiros .	261
154. Litisconsórcio: conceito	261
155. Fundamentos políticos e normativos do litisconsórcio	262
156. Espécies de litisconsórcio	263
157. Litisconsórcio facultativo	263
158. Litisconsórcio facultativo decorrente da "comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide"	264
159. Litisconsórcio facultativo decorrente da conexão de demandas em função do pedido ou da causa de pedir	266
160. Litisconsórcio facultativo com fundamento na afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito	267
161. Limitação judicial do litisconsórcio facultativo: o litisconsórcio "multitudinário"	268
162. Litisconsórcio necessário e unitário	271
163. Litisconsórcio necessário	271
164. Litisconsórcio unitário	273
165. Litisconsórcio necessário ativo?	275
166. Integração dos litisconsortes necessários ao processo	277
167. Intervenção litisconsorcial voluntária	278
168. Limitações à intervenção litisconsorcial voluntária	280
169. Consequências da não formação do litisconsórcio necessário	281
170. Consequências da não formação do litisconsórcio unitário	282
171. Regime jurídico processual dos litisconsortes	282
CAPÍTULO XVII – DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	286
172. Intervenção de terceiros: aspectos gerais	286
173. Fundamento jurídico da intervenção de terceiros	287
174. Espécies ou modalidades de intervenção de terceiros	288

175. Classificações relativas às espécies de intervenção de terceiros	288
176. Intervenção “iussu iudicis” no direito brasileiro	289
CAPÍTULO XVIII – ASSISTÊNCIA SIMPLES	292
177. Assistência	292
178. Fundamento da assistência	292
179. Limites temporais ou procedimentais para a assistência	294
180. Espécies de assistência	294
181. Assistência simples ou adesiva	295
182. Poderes e ônus do assistente simples ou adesivo	295
CAPÍTULO XIX – ASSISTÊNCIA LITISCONSORCIAL	297
183. Assistência qualificada ou litisconsorcial: aspectos gerais	297
184. Assistência qualificada ou litisconsorcial e litisconsórcio	298
185. Procedimento para o ingresso do assistente	299
186. Poderes e ônus do assistente qualificado ou litisconsorcial	300
187. Assistente como substituto processual	301
188. Possibilidade de interposição de recurso pelo assistente simples ou adesivo ...	302
189. Prática de atos de disposição e assistência	303
190. Consequências do trânsito em julgado da decisão de mérito em relação ao assistente	303
191. Consequências do trânsito em julgado da decisão de mérito em relação ao assistente simples ou adesivo: eficácia preclusiva da intervenção	304
192. Ressalvas quanto à eficácia preclusiva da intervenção do assistente simples ou adesivo	304
193. Consequências do trânsito em julgado da decisão de mérito em relação ao assistente qualificado ou litisconsorcial	305
CAPÍTULO XX – DENÚNCIAÇÃO DA LIDE	306
194. Denúnciação da lide: conceito e características	306
195. Tipificação legal das hipóteses de denúnciação	307
196. Denúnciação da lide com fundamento na evicção	307
197. Denúnciação da lide com fundamento em previsão específica de direito de regresso	309
198. Caráter facultativo da denúnciação da lide	311
199. Vedações ao emprego da denúnciação da lide	313
200. Vedações legais ao emprego da denúnciação da lide	313
201. Vedações sistêmicas ao emprego da denúnciação da lide	315
202. Vedação ao emprego de “denúnciações sucessivas”	316
203. Procedimento na denúnciação	318
204. Denúnciação promovida pelo autor: posições possíveis do denunciado	318
205. Denúnciação promovida pelo réu: posições possíveis do denunciado	319

206. Inexistência de suspensão do processo	322
207. Julgamento da denunciação da lide	322
208. Efeitos da sentença que acolhe a denunciação da lide	324
209. Denunciação da lide e recurso	326
CAPÍTULO XXI – DO CHAMAMENTO AO PROCESSO	327
210. Chamamento ao processo: conceito e características	327
211. Posição processual do chamado	328
212. Tipificação das hipóteses de chamamento ao processo	329
213. Procedimento no chamamento	329
214. Inocorrência de suspensão do processo	331
215. Consequências da não realização da citação dos chamados	332
216. Efeitos da sentença de procedência quanto ao chamamento	333
CAPÍTULO XXII – INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	334
217. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica: aspectos introdutórios	334
218. Teorias sobre a desconsideração	335
219. Conceito e características do incidente de desconsideração	337
220. Admissão e mérito na desconsideração	338
221. Requisitos de admissão da intervenção decorrente do requerimento de instauração do incidente de desconsideração	339
222. Desconsideração requerida em caráter inicial e em caráter incidental	340
223. Desconsideração direta e desconsideração inversa	341
224. Procedimento	342
225. Recursos	343
226. Efeitos da decisão que acolhe o pedido de desconsideração	343
CAPÍTULO XXIII – DO AMICUS CURIAE	344
227. “Amicus Curiae”: aspectos introdutórios	344
228. “Amicus curiae”: conceito e características	345
229. Disciplina legal do “amicus curiae”	346
230. Disciplina geral do <i>amicus curiae</i>	348
231. Fundamentos da intervenção do “amicus curiae”	348
232. Legitimidade para intervir	350
233. Legitimidade para intervir: representatividade adequada e pertinência temática	350
234. Iniciativa da intervenção	352
235. Poderes do <i>amicus curiae</i>	352
236. Recursos	353

CAPÍTULO XXIV – DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA. DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ 356

237. Juiz e auxiliares da justiça: introdução	356
238. Situações jurídicas processuais, juiz e auxiliares da justiça	356
239. Do juiz e dos auxiliares da justiça	358
240. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz	359
241. Igualdade de tratamento	360
242. Velar pela duração razoável do processo	361
243. Prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e indeferir postulações meramente protelatórias	362
244. Determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento da ordem judicial, inclusive nas demandas que tenham por objeto prestação pecuniária	362
245. Promoção a qualquer tempo da autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais	365
246. Dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova	366
247. Exercer o poder de polícia, requisitando, quando necessário, força policial, além da segurança interna dos fóruns e tribunais	367
248. Determinar o comparecimento pessoal das partes para inquiri-las sobre os fatos da causa	367
249. Determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais	369
250. Comunicações aos legitimados para ações coletivas	370
251. Vedação do “non liquet”	370
252. Dever de julgamento com observância do critério da legalidade	372
253. Limites impostos à atividade jurisdicional: regra da congruência, correlação ou adstrição	373
254. Dever de zelo: ética processual	375
255. Responsabilidade civil decorrente da atividade jurisdicional	376
256. Responsabilidade do juiz	377
257. Responsabilidade pelo dano decorrente da duração excessiva do processo	378

CAPÍTULO XXV – DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO 381

258. Dever de imparcialidade judicial: impedimentos e suspeição do juiz	381
259. Impedimento	382
260. Suspeição	384
261. Procedimento para reconhecimento do impedimento ou da suspeição	386
262. Procedimento para exame de impedimento ou suspeição no tribunal	387
263. Decisão do incidente de impedimento e suspeição	388
264. Recurso contra a decisão do incidente de impedimento ou suspeição	388

CAPÍTULO XXVI – DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA	390
265. Auxiliares da Justiça: aspectos gerais	390
266. Impedimento e suspeição dos auxiliares da justiça	391
267. Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça	392
268. Responsabilidade civil dos serventuários da justiça	393
269. Dos peritos	394
270. Dever de cumprimento e escusa à nomeação	396
271. Responsabilidade civil do perito	397
272. Depositário e administrador	397
273. Responsabilidade do depositário e do administrador	398
274. Intérprete e tradutor	399
275. Responsabilidade civil dos intérpretes e tradutores	400
276. Conciliadores e mediadores	400
277. Conciliação e mediação: distinção	401
278. Aspectos gerais da disciplina da mediação e da conciliação no CPC-15	401
279. Centros judiciais de solução consensual de conflitos	402
280. Princípios informativos da mediação e da conciliação	402
281. Cadastros de mediadores e conciliadores	403
282. Remuneração dos mediadores e conciliadores	403
283. Impedimento, impossibilidade momentânea de atuação, e obstáculo à atuação profissional do mediador ou conciliador	404
284. Sanções aplicáveis ao mediador ou ao conciliador	404
285. Criação das câmaras de conciliação e mediação	404
CAPÍTULO XXVII – DO MINISTÉRIO PÚBLICO	405
286. Ministério Público no processo civil: aspectos gerais	405
287. Escopos da atuação do Ministério Público no processo civil	406
288. Balizas gerais de atuação	406
289. Defesa da ordem jurídica	407
290. Defesa do regime democrático	407
291. Defesa de interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis	408
292. Ilegitimidade do Ministério Público para ações individuais de reparação indi- vidual do dano “ex delicto”	410
293. Racionalização dos casos de intervenção do Ministério Público no processo civil	411
294. Atuação do Ministério Público em consonância com seu modelo constitucio- nal	412
295. Compreensão dos tribunais superiores sobre o modelo constitucional do Ministério Público	414
296. Fundamentos da intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica: aspectos gerais	417
297. Modalidades de intervenção	418

298. Intervenção assistencial ou protetiva (pela qualidade da parte)	418
299. Intervenção pela natureza da lide (interesse público ou social)	418
300. Intervenção pela natureza da lide (litígios coletivos pela posse de terra urbana ou rural)	419
301. Fazenda Pública e intervenção do Ministério Público	420
302. Atuação nas causas concernentes ao estado da pessoa, poder parental, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade	422
303. Regime processual da intervenção do Ministério Público: poderes, faculdades e ônus	423
304. Vista dos autos depois das partes e intimação pessoal	424
305. Falta de intimação do Ministério Público e nulidade do processo	425
306. Poderes processuais do Ministério Público interveniente	426
307. Interesse processual do Ministério Público interveniente: produção de provas	426
308. Interesse processual do Ministério Público interveniente: oferecimento de manifestações, requerimento de medidas processuais, interposição de recursos ...	427
309. Ministério Público como parte e como fiscal: atuação concomitante, no mesmo processo, em grau de recurso nos tribunais superiores	428
310. Ministério Público como parte e como fiscal: atuação concomitante, no mesmo processo, em reclamação ajuizada perante o STF	428
311. Conflitos de atribuições entre membros do mesmo Ministério Público	429
312. Conflitos de atribuição entre órgãos de Ministérios Públicos diversos	430
313. Intimação pessoal e prazo em dobro	431
314. Prazo em dobro: incidência e exclusões	434
315. Responsabilidade civil do membro do Ministério Público	435
316. Legitimidade passiva na ação de reparação de danos	437
CAPÍTULO XXVIII – DA ADVOCACIA PÚBLICA	440
317. Advocacia pública: aspectos gerais	440
318. Entidades abrangidas	441
319. Prazo em dobro	442
320. Prerrogativa de intimação pessoal	443
321. Responsabilidade civil do membro da Advocacia Pública	444
CAPÍTULO XXIX – DA DEFENSORIA PÚBLICA	446
322. Defensoria Pública: aspectos gerais	446
323. Disciplina infraconstitucional: área de atuação	447
324. Curatela especial	447
325. Prerrogativas processuais: prazo em dobro, intimação pessoal e honorários de sucumbência	448
326. Responsabilidade civil do defensor público	449
LIVRO IV – ATOS PROCESSUAIS. DA FORMA, DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS	450

CAPÍTULO XXX – DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS	450
327. Atos processuais: aspectos gerais	450
328. Fatos e atos jurídicos	450
329. Atos jurídico material e ato jurídico processual	451
330. Negócio jurídico	453
331. Forma, tempo e lugar dos atos processuais	455
332. Forma dos atos processuais	457
333. Instrumentalidade das formas	458
334. Publicidade dos atos processuais	459
335. Negócio jurídico processual: premissas do pensamento tradicional	461
336. Ressalvas ao dogma da irrelevância da vontade na prática do ato processual ..	462
337. Mitigação do dogma da irrelevância da vontade: convenções processuais típicas e atípicas	462
338. Condições e limites das convenções processuais: liberdade e autonomia da vontade	465
339. Controle das convenções processuais	466
340. Aspectos fundamentais de conteúdo formal dos atos processuais: forma, tempo e lugar (legalidade das formas e finalidade essencial)	468
341. Publicidade	469
CAPÍTULO XXXI – PRÁTICA ELETRÔNICA DE ATOS PROCESSUAIS	471
342. Aspectos gerais da prática eletrônica dos atos processuais	471
CAPÍTULO XXXII – DOS ATOS DAS PARTES	474
343. Atos das partes: aspectos gerais	474
344. Relativa relevância da vontade nos atos das partes	474
345. Autonomia da vontade e os atos das partes: prescindibilidade de homologação judicial	475
CAPÍTULO XXXIII – DOS PRONUNCIAMENTOS DO JUIZ	478
346. Pronunciamentos do juiz: aspectos gerais e classificação	478
CAPÍTULO XXXIV – DOS ATOS DO ESCRIVÃO OU DO CHEFE DE SECRETARIA ...	481
347. Atos do escrivão ou do chefe da secretaria: aspectos gerais	481
CAPÍTULO XXXV – DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS	482
348. Tempo e lugar dos atos processuais: aspectos gerais	482
349. Tempo dos atos processuais	482
350. Lugar dos atos processuais	484
CAPÍTULO XXXVI – DOS PRAZOS	486
351. Prazos: aspectos gerais	486
352. Contagem e suspensão de prazos	487

353. Preclusão, justa causa e devolução de prazo	488
354. Contagem dos prazos	489
355. Prazos impróprios para o juiz e para serventuários	490
356. Disciplina diferenciada sobre os prazos: litisconsórcio	490
357. Disciplina específica para o início do prazo: diferentes formas de comunicação dos atos processuais	491
CAPÍTULO XXXVII – DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	493
358. Comunicação dos atos processuais: aspectos gerais	493
359. Modalidades de comunicação dos atos processuais	494
360. Citação	494
361. Efeitos da citação	495
362. Efeitos materiais da citação: litigiosidade do bem ou direito	495
363. Efeitos materiais da citação: constituição do devedor em mora	496
364. Efeitos materiais da citação: interrupção da prescrição e impedimento da ocorrência da decadência	497
365. Efeitos processuais da citação: litispendência e finalização da formação da relação processual	499
366. Formas de citação	500
367. Meios preferenciais: citação por meio eletrônico ou pelo correio	500
368. Citação pessoal	503
369. Citação com hora certa	504
370. Citação pelo correio	505
371. Citação por edital	505
372. Aspectos formais das cartas	507
373. Intimações	508
CAPÍTULO XXXVIII – DAS INVALIDADES PROCESSUAIS	512
374. Nulidades no quadro dos vícios ou defeitos dos atos processuais: relevância do tema	512
375. Diferentes planos do ordenamento	512
376. Imprescindibilidade do reconhecimento judicial do vício ou defeito do ato processual	513
377. Espécies de vícios ou defeitos dos atos processuais	514
378. Inexistência	514
379. Nulidades: regime próprio no direito processual	516
380. Nulidades absolutas e relativas, cominadas e sistêmicas, originárias e derivadas	518
381. Regra da iniciativa ou interesse	520
382. Regra da instrumentalidade da forma do ato ou finalidade essencial	521
383. Regra da alegação e preclusão	522
384. Regra da causalidade	522
385. Regra do isolamento ou confinamento	523

386. Regra do prejuízo	523
387. Regras de aproveitamento e convalidação	524
388. Aplicação do regime a todos os vícios ou defeitos dos atos processuais	524
389. Vícios ou defeitos referentes aos atos processuais das partes	525
390. Meras irregularidades	526
CAPÍTULO XXXIX – DA DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO	528
391. Distribuição e registro: aspectos gerais de divisão dos serviços e de documentação	528
392. Distribuição livre e por dependência	528
CAPÍTULO XL – DO VALOR DA CAUSA	531
393. Valor da causa: importância e função	531
LIVRO V – TUTELA PROVISÓRIA	534
CAPÍTULO XLI – ASPECTOS GERAIS	534
394. Tutela provisória: fundamento constitucional	534
395. Tutela provisória: conceito	535
396. Tutela provisória: classificações	536
397. Tutela da evidência	537
398. Tutela cautelar	539
399. Tutela antecipada	540
CAPÍTULO XLII – DA TUTELA DE URGÊNCIA	542
400. Requisitos das tutelas de urgência	542
401. Exigência de caução	542
402. Concessão liminar ou após justificação prévia	543
403. Irreversibilidade dos efeitos da decisão	544
404. Cognição na tutela provisória	545
405. Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente	547
406. Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente	548
407. Cessação da eficácia da tutela cautelar antecedente	550
408. Concessão da medida de urgência em caráter liminar (“inaudita altera parte”)	550
409. Fungibilidade entre a tutela antecipada e a tutela cautelar	551
410. Procedimento da tutela antecipada ou cautelar incidental	552
411. Estabilização da tutela antecipada concedida em caráter antecedente	553
412. Estabilização: pressupostos específicos	554
413. Estabilização: efeitos	555
414. Estabilização: revisão, reforma, invalidação ou modificação	556
415. Poder geral de cautela	557
416. Atipicidade	559

417. Provisoriedade e mutabilidade	560
418. Responsabilidade objetiva na tutela de urgência	563
LIVRO VI – DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO ..	565
CAPÍTULO XLIII – DA FORMAÇÃO DO PROCESSO	565
419. Formação, suspensão e extinção do processo: generalidades	565
420. Formação progressiva do processo	565
421. Efeito imediato da propositura da demanda: litispendência	567
CAPÍTULO XLIV – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO	568
422. Suspensão do processo	568
423. Suspensão do processo pela morte da parte	568
424. Suspensão pela perda da capacidade processual da parte	570
425. Suspensão do processo pela morte ou perda da capacidade de seu representante legal	571
426. Suspensão do processo pela morte ou perda da capacidade processual de seu procurador	572
427. Suspensão do processo por convenção das partes	572
428. Suspensão do processo por arguição de impedimento ou suspeição	573
429. Suspensão do processo pela admissão do incidente de resolução de demandas repetitivas	574
430. Suspensão do processo por prejudicialidade	575
431. Suspensão do processo pela necessidade de verificação de fato ou produção de prova requisitada a outro juízo	577
432. Suspensão do processo por motivo de força maior	578
433. Suspensão do processo por prejudicialidade envolvendo competência de tribunal marítimo	578
434. Outros casos de suspensão do processo	580
435. Suspensão do processo por nascimento de filho ou adoção	581
436. Suspensão por prejudicialidade em relação a processo criminal	582
437. Limites, natureza do prazo de suspensão e consequências do seu descumprimento	583
438. Realização de atos urgentes durante a suspensão	584
CAPÍTULO XLV – DA EXTINÇÃO DO PROCESSO	586
439. Extinção do processo: generalidades	586
440. Extinção do processo: efetiva ou potencial?	586
441. Pronunciamento judicial extintivo	587
442. Extinção do processo sem exame do mérito: tentativa prévia de correção do vício formal	587
443. Extinção do processo sem exame do mérito: casos	588
444. Extinção do processo sem exame do mérito: indeferimento da petição inicial	589

445. Extinção do processo sem exame do mérito: processo parado por mais de um ano por negligência das partes	591
446. Extinção do processo sem exame do mérito: abandono do processo pelo autor por mais de trinta dias	592
447. Extinção do processo sem exame do mérito: ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo	594
448. Extinção do processo sem exame do mérito: ausência de condições da ação ..	594
449. Extinção do processo sem exame do mérito: homologação da desistência da ação	595
450. Extinção do processo sem exame do mérito: morte do titular de direito intransmissível	597
451. Extinção do processo sem exame do mérito: outros casos previstos no código de processo civil	597
452. Matérias de ordem pública	598
453. Possibilidade de reconsideração da decisão de extinção do processo sem exame do mérito	598
454. Possibilidade de repositura da demanda referente ao processo extinto sem exame do mérito	598
455. Extinção do processo com exame do mérito: observação inicial	600
456. Extinção do processo com exame do mérito: acolhimento ou rejeição do pedido formulado na ação ou reconvenção	600
457. Extinção do processo com julgamento do mérito: sentença que decide, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição	601
458. Extinção do processo com julgamento do mérito: homologação do reconhecimento do pedido	603
459. Extinção do processo com exame do mérito: sentença que homologa a transação	604
460. Extinção do processo com exame do mérito: homologação da renúncia à pretensão formulada	604
461. Prioridade das decisões de mérito	605

PARTE II – PARTE ESPECIAL DO PROCESSO CIVIL – PROCESSO DE CONHECIMENTO

LIVRO I – DO PROCEDIMENTO COMUM 609

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS REFERENTES AO PROCEDIMENTO COMUM 609

1. Procedimentos como aspecto da técnica processual 609
2. Procedimento comum: aspectos gerais 611

CAPÍTULO II – DA PETIÇÃO INICIAL: REQUISITOS 612

3. Petição inicial: aspectos introdutórios 612
4. Requisitos da petição inicial: indicação do juízo 612
5. Requisitos da petição inicial: identificação das partes 614
6. Requisitos da petição inicial: fatos e fundamentos jurídicos do pedido 615

7.	Requisitos da petição inicial: o pedido com suas especificações	619
8.	Requisitos da petição inicial: o valor da causa	619
9.	Requisitos da petição inicial: indicação de provas	620
10.	Requisitos da petição inicial: opção pela realização ou não da audiência de conciliação ou de mediação	620
11.	Requisitos da petição inicial: instrução com documentos indispensáveis	621
CAPÍTULO III – DO PEDIDO		623
12.	O pedido: aspectos gerais	623
13.	Requisitos do pedido: certeza	623
14.	Requisitos do pedido: determinação	624
15.	Efeitos legais da sentença (ou “pedidos implícitos”)	625
16.	Interpretação do pedido: conjunto da postulação e boa-fé	626
17.	Pedido genérico	627
18.	Cumulação de pedidos	629
19.	Pedido sucessivo	630
20.	Pedido alternativo	630
21.	Pedido subsidiário (ou eventual)	632
22.	Requisitos da cumulação de pedidos: compatibilidade	633
23.	Requisitos da cumulação de pedidos: competência do juízo	634
24.	Requisitos da cumulação de pedidos: adequação do procedimento	634
25.	Estabilização do pedido e da causa de pedir	636
CAPÍTULO IV – DO INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL		639
26.	Indeferimento da petição inicial: aspectos fundamentais	639
CAPÍTULO V – DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO		641
27.	Improcedência liminar do pedido: aspectos fundamentais	641
CAPÍTULO VI – DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO		644
28.	Audiência de conciliação ou de mediação: aspectos fundamentais	644
CAPÍTULO VII – DA CONTESTAÇÃO		647
29.	Resposta do réu	647
30.	Contestação	647
31.	Oportunidade e prazo para a contestação	648
32.	Conteúdo da contestação: espécies de defesa	650
33.	Regra da eventualidade	651
34.	Ônus da impugnação específica e presunção de veracidade	652
35.	Ressalva: possibilidade de alegações supervenientes do réu	653
36.	Alegações possíveis: matéria objeto da contestação	654
37.	Alegação de ilegitimidade passiva na contestação	656

38. Protocolização da contestação no foro do domicílio do réu: alegação de incompetência relativa ou absoluta	657
CAPÍTULO VIII – DA RECONVENÇÃO	659
39. Reconvenção: aspectos gerais	659
40. Reconvenção subjetivamente ampliativa	660
41. Reconvenção e pedido contraposto	661
42. Autonomia da reconvenção	662
43. Reconvenção e posição do autor-substituto processual	663
44. Aspectos formais e procedimento na reconvenção	663
45. Reconvenção da reconvenção	664
CAPÍTULO IX – REVELIA	665
46. Processo contumacial: revelia	665
47. Efeito possível da revelia: curso de prazos sem intimação	668
48. Efeito possível da revelia: julgamento antecipado do mérito	668
49. Efeito possível da revelia: presunção de veracidade das alegações de fato do autor	669
50. Manifestação do autor sobre as alegações do réu (réplica)	670
51. Manifestação do réu a respeito das alegações do autor em réplica (tréplica) ...	670
CAPÍTULO X – DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO	671
52. Julgamento conforme o estado do processo: fases do procedimento comum e outros aspectos gerais	671
53. Extinção do processo na fase de julgamento conforme o estado	672
CAPÍTULO XI – DO JULGAMENTO ANTECIPADO DO PROCESSO: JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO	673
54. Julgamento antecipado integral do mérito	673
55. Julgamento antecipado parcial do mérito: dogma da unidade do julgamento do mérito	674
56. Hipóteses de julgamento antecipado parcial do mérito	675
57. Decisão interlocutória de mérito, recurso e coisa julgada	676
58. Eficácia provisória ou definitiva	677
CAPÍTULO XII – DO SANEAMENTO E DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO	678
59. Decisão de saneamento e organização do processo	678
60. Conteúdo da decisão de saneamento e organização do processo	678
61. Requerimento de esclarecimentos	679
62. Saneamento e organização consensual do processo	681
63. Saneamento e organização em audiência (saneamento compartilhado)	682

CAPÍTULO XIII – DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	683
64. Fase instrutória: generalidades	683
65. Finalidades da audiência: instrução e julgamento	684
66. Abertura e instalação da audiência	685
67. Tentativa de conciliação	685
68. Poder de polícia do órgão judicial na audiência	685
69. Ordem preferencial na produção das provas	686
70. Adiamento de audiência e alteração da designação	687
71. Debates em audiência	688
72. Conversão dos debates em memoriais	689
73. Caráter uno e contínuo da audiência de instrução e julgamento	689
74. Decisão em audiência	690
75. Documentação da audiência	690
76. Publicidade da audiência	691
CAPÍTULO XIV – DAS PROVAS	692
77. Das provas: generalidades	692
78. Conceito de prova e aspectos terminológicos	692
79. Fundamentos constitucionais do direito à prova	693
80. Fundamento legal do direito à prova	694
81. Prova, verdade e escopos do processo	694
82. Classificações da prova	695
83. Destinatários da prova	696
84. Momentos da prova	697
85. Objeto da prova	698
86. Poderes instrutórios do juiz	699
87. Critério de valoração da prova: livre convencimento motivado	700
88. Prova emprestada	702
89. Ônus da prova: conceito de ônus no contexto das situações jurídicas proces- suais	703
90. Regra geral do ônus da prova no processo civil	704
91. Ônus objetivo e ônus subjetivo	704
92. Ônus estático e ônus dinâmico	706
93. Requisitos da dinamização dos encargos probatórios	707
94. Delimitação da dinamização dos encargos probatórios	708
95. Momento de definição dos encargos probatórios	709
96. Convenções processuais em matéria probatória	709
97. Prova e regras de experiência comum e técnica	710
98. Prova do direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário	711
99. Presunções e prova	714
100. Prova e deveres de colaboração das partes	716
101. Prova e deveres de colaboração de terceiros	718

CAPÍTULO XV – DA PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA	720
102. Produção antecipada da prova: generalidades	720
103. Produção antecipada da prova fundada na urgência: natureza e finalidade	721
104. Requisitos	722
105. Produção antecipada da prova sem urgência (direito autônomo à produção da prova)	722
106. Competência para a produção antecipada de provas	724
107. Requisitos da petição inicial na produção antecipada da prova	726
108. Procedimento na produção antecipada da prova	726
109. Inexistência de julgamento	727
110. Consequências de vícios no procedimento de produção antecipada da prova	728
111. Recursos na produção antecipada	728
112. Desfecho do procedimento	729
CAPÍTULO XVI – DAS PROVAS EM ESPÉCIE	730
113. Provas em espécie: aspectos gerais	730
CAPÍTULO XVII – DA ATA NOTARIAL	731
114. Ata notarial: finalidade e cabimento	731
115. Ata notarial e produção irregular de prova típica	732
CAPÍTULO XVIII – DO DEPOIMENTO PESSOAL	734
116. Depoimento pessoal: conceito, finalidade e cabimento	734
117. Depoimento por procurador?	735
118. Depoimento pessoal da parte e do procurador?	735
119. Depoimento de pessoa jurídica	735
120. Depoimento pessoal do Ministério Público ou da defensoria pública?	736
121. Depoimento pessoal do incapaz	736
122. Depoimento pessoal e interrogatório (simples)	736
123. Momento do depoimento pessoal e do interrogatório simples	738
124. Depoimento pessoal por videoconferência	738
125. Consequências do não atendimento	738
126. Escusas ao depoimento pessoal	739
CAPÍTULO XIX – DA CONFISSÃO	741
127. Confissão: aspectos gerais e conceito	741
128. Espécies de confissão	741
129. Confissão feita por representante	742
130. Confissão no termo de depoimento pessoal	742
131. Limitação subjetiva da confissão	743
132. Ineficácia da confissão sobre direitos indisponíveis	743
133. Irrevogabilidade da confissão	744

134. Invalidação da confissão	744
135. Indivisibilidade da confissão	746
136. Requisito formal da confissão extrajudicial	746
CAPÍTULO XX – DA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA	748
137. Exibição de documento ou coisa: generalidades	748
138. Exibição incidental ou preparatória	748
139. Procedimento na exibição incidental	749
140. Procedimento de exibição incidental: requerimento	751
141. Resposta do requerido	751
142. Possibilidade de escusa	752
143. Consequências da negativa de exibição: documento em poder da parte	753
144. Consequências da negativa de exibição: documento em poder de terceiro	754
145. Estabilidade da decisão que julga o pedido de exibição	754
CAPÍTULO XXI – DA PROVA DOCUMENTAL	756
146. Prova documental: generalidades	756
147. Conceito de documento	757
148. Reminiscência do sistema das provas legais ou tarifadas	757
149. Documentos públicos e documentos privados	758
150. Cópias ou reproduções	758
151. Força probante dos documentos	759
152. Autenticidade e falsidade do documento	761
153. Ônus da prova da falsidade	762
CAPÍTULO XXII – DA ARGUIÇÃO DE FALSIDADE	763
154. Incidente de arguição de falsidade	763
155. Procedimento na arguição de falsidade	763
156. Decisão do incidente de arguição de falsidade documental	764
157. Estabilidade do pronunciamento judicial a respeito da falsidade	765
CAPÍTULO XXXIII – DA PRODUÇÃO DA PROVA DOCUMENTAL	767
158. Produção da prova documental	767
CAPÍTULO XXIV – DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICOS	769
159. Documentos eletrônicos: aspectos fundamentais	769
CAPÍTULO XXV – DA PROVA TESTEMUNHAL	771
160. Prova testemunhal: generalidades	771
161. Admissibilidade e valor da prova testemunhal	772
162. Exclusão da prova testemunhal: incapacidade, impedimento e suspeição	773
163. Oitiva como informante	776

164. Produção da prova testemunhal	777
165. Deveres da testemunha: comparecimento e declarações verídicas	779
166. Rol de testemunhas e substituição	779
167. Arrolamento do juiz como testemunha	780
168. Local e forma de inquirição de testemunhas	781
169. Inquirição: incomunicabilidade	783
170. Impugnação da oitiva: contradita	783
171. Documentação da inquirição	784
172. Testemunhas referidas	784
173. Acareação	785
174. Testemunho como serviço público	786
CAPÍTULO XXVI – DA PROVA PERICIAL	787
175. Prova pericial: generalidades	787
176. Admissibilidade da prova pericial	787
177. Substituição por prova técnica simplificada (“expert witness”)	788
178. Perito: requisitos, nomeação e prazo	790
179. Impugnação ao perito	790
180. Assistentes técnicos das partes	790
181. Quesitos	791
182. Quesitos suplementares	791
183. Honorários e despesas do perito	791
184. Deveres do perito	792
185. Escusa, impedimento e suspeição do perito	793
186. Substituição do perito	794
187. Perícia consensual (escolha consensual do perito)	795
188. Dispensa da prova pericial	796
189. Laudo pericial	796
190. Perícia complexa	797
191. Prazo para entrega do laudo	797
192. Impugnação do laudo	798
193. Esclarecimentos complementares do perito	798
194. Perícia sobre autenticidade ou falsidade de documento ou de natureza médico-legal	798
195. Critérios para a apreciação da prova pericial	799
196. Realização de segunda perícia	799
CAPÍTULO XXVII – DA INSPEÇÃO JUDICIAL	800
197. Inspeção judicial: generalidades	800
198. Procedimento	801

CAPÍTULO XXVIII – DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA	803
199. Sentença e coisa julgada: generalidades	803
200. Pronunciamentos judiciais	803
201. Conceito e conteúdo da sentença	804
202. Sentença de extinção sem exame do mérito	805
203. Sentença de extinção com pronunciamento sobre o mérito	806
204. Elementos da sentença	808
205. Relatório	808
206. Fundamentação ou motivação	809
207. Dispositivo ou “decisum”	811
208. Interpretação da sentença (e das decisões judiciais em geral)	811
209. Limites ao julgamento: o objeto litigioso do processo (correlação, adstrição ou congruência)	812
210. Sentença “extra petita”	813
211. Sentença “ultra petita”	814
212. Sentença “citra petita”	814
213. Consequências das sentenças “extra”, “ultra” e “citra petita”	815
214. Vedação da sentença condicional	816
215. Sentença e fatos supervenientes à propositura da demanda	817
216. Efeitos da publicação da sentença	819
217. Encerramento da atividade cognitiva do órgão judicial	820
218. Abertura da possibilidade de liquidação ou cumprimento provisório de sentença	820
219. Hipoteca judiciária	821
220. Hipoteca judiciária: efetivação (ou especialização)	822
221. Hipoteca judiciária: efeitos ou consequências	822
222. Hipoteca judiciária: responsabilidade objetiva do credor	823
CAPÍTULO XXIX – DA REMESSA NECESSÁRIA	825
223. Remessa necessária: generalidades	825
224. Remessa necessária: hipóteses	826
CAPÍTULO XXX – DO JULGAMENTO E SENTENÇA NAS DEMANDAS RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGAR COISA (TUTELA ESPECÍFICA DAS OBRIGAÇÕES)	828
225. Tutela específica: sentença relativa à pretensão de fazer, não fazer e entregar coisa – generalidades	828
226. Tutela específica: conteúdo da sentença	830
227. Tutela específica: inibitória e remoção do ilícito	831
228. Tutela específica: obrigação decorrente de conversão e multa	832
229. Sentença na obrigação de emissão de declaração de vontade: generalidades .	833
230. Sentença na obrigação de emissão de declaração de vontade: disciplina	834
231. Natureza da sentença substitutiva da vontade não declarada	835

CAPÍTULO XXXI – DA COISA JULGADA	837
232. Coisa julgada: fundamentos políticos e jurídicos	837
233. Conceito de coisa julgada	838
234. Coisa julgada material, formal, preclusão e estabilidade	840
235. Limites subjetivos da coisa julgada	843
236. Limites objetivos da coisa julgada	844
237. Extensão da coisa julgada à questão prejudicial apreciada incidentalmente	845
238. Concepção material ou processual da coisa julgada	847
239. Eficácia negativa da coisa julgada	848
240. Eficácia positiva da coisa julgada	848
241. Coisa julgada nas relações de trato continuado (relações continuativas)	849
242. Eficácia preclusiva da coisa julgada	851
LIVRO II – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	853
CAPÍTULO XXXII – ASPECTOS GERAIS DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	853
243. Generalidades	853
244. Teoria geral dos procedimentos especiais	855
245. Flexibilização do procedimento e relativização do destaque dos procedimentos especiais	855
246. Procedimentos de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária	856
247. A questão terminológica	858
CAPÍTULO XXXIII – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	860
248. Procedimento para consignação em pagamento: generalidades	860
249. Procedimento misto (extrajudicial e judicial)	861
250. Consignação extrajudicial	862
251. Consignação judicial	863
252. Consignação de prestações sucessivas	864
253. Petição inicial da consignação	864
254. Citação do credor-demandado	865
255. Conteúdo da contestação	866
256. Possibilidade de complementação do depósito	866
257. Instrução do processo de consignação	867
258. Consignação em caso de dúvida quanto ao credor	867
259. Sequência do procedimento na consignação fundada na dúvida sobre o recebedor	868
260. Sentença na demanda consignatória	868
CAPÍTULO XXXIV – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA: EXIGIR CONTAS	870
261. Procedimento para exigir contas: generalidades	870

262. Natureza da decisão e da tutela jurisdicional no procedimento de exigir contas	871
263. Caráter dúplice do procedimento de exigir contas	873
264. Cabimento da demanda para exigir contas	874
265. Legitimação e interesse para exigir contas	875
266. Situações peculiares	876
267. Procedimento especial em duas fases	877

CAPÍTULO XXXV – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA: POSSESSÓRIAS 879

268. Procedimento especial para demandas possessórias: generalidades	879
269. Cabimento do procedimento especial	880
270. Fungibilidade	880
271. Litígios possessórios com grande número de pessoas	881
272. Cumulação de pretensões possessórias e reparatórias	884
273. Possibilidade de pedido contraposto	884
274. Vedação de discussão de domínio na pendência de demanda possessória	885

CAPÍTULO XXXVI – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA: DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES 888

275. Procedimento para divisão e demarcação de terras particulares: generalidades	888
276. Legitimação para agir	889
277. Objetivo	889
278. Possibilidade de cumulação dos pedidos divisório e demarcatório	890
279. Possibilidade de realização da divisão e demarcação consensual	891
280. Litisconsórcio passivo necessário não unitário	891
281. Aspectos do procedimento: especialidade do procedimento?	892
282. Petição inicial	892
283. Citação	893
284. Instrução	893
285. Sentença	893
286. Efeitos legais (“ex-officio”) da sentença	894
287. Efetivação da decisão demarcatória e/ou divisória	894

CAPÍTULO XXXVII – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA: DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 896

288. Procedimento de dissolução parcial de sociedade: generalidades	896
289. Objetivo da demanda de dissolução parcial de sociedade	897
290. Legitimação	898
291. Compensação e reconvenção na demanda de dissolução parcial	900
292. Procedimento efetivamente especial?	900
293. Previsão expressa da possibilidade de solução consensual	900

294. Natureza da tutela jurisdicional na demanda de dissolução parcial	901
295. Critérios legais para a apuração dos haveres	902
296. Pagamento do sócio retirante ou herdeiros	903

CAPÍTULO XXXVIII – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA:

INVENTÁRIO E PARTILHA 904

297. Inventário e partilha: generalidades	904
298. Inventário e partilha: conceito	905
299. Princípio da “saisine” e suas consequências	905
300. Espólio	906
301. Procedimentos para o inventário e partilha dos bens	907
302. Inventário extrajudicial	908
303. Aspectos do procedimento do inventário, das espécies de arrolamento e da partilha de bens	909
304. Prazo para a abertura do procedimento do inventário	910
305. Limitação à cognição judicial no procedimento relativo ao inventário	910
306. Administração do espólio	911
307. Sequência dos atos no procedimento de inventário	912
308. Legitimidade para requerer o inventário	914
309. Nomeação do inventariante e apresentação das primeiras declarações	914
310. Remoção de inventariante	916
311. Citações e impugnações	917
312. Avaliação e cálculo do imposto	919
313. Últimas declarações	920
314. Colações	920
315. Pagamento de dívidas	921
316. Partilha	923
317. Formal de partilha	925
318. Entrega antecipada de bens	925
319. Arrolamento	926
320. Dispensa de inventário e partilha	927
321. Tutela provisória no inventário	928
322. Sobrepartilha	929
323. Anulação da partilha amigável	930

CAPÍTULO XXXVIII – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

– EMBARGOS DE TERCEIRO 932

324. Embargos de terceiro: generalidades	932
325. Conceito e finalidade	932
326. Legitimidade para os embargos de terceiro	933
327. Momento de ajuizamento dos embargos de terceiro	934
328. Petição inicial	935

329. Distribuição por dependência	936
330. Liminar nos embargos	936
331. Defesa nos embargos	937
332. Natureza da sentença e tutela jurisdicional nos embargos de terceiro	937

CAPÍTULO XXXIX – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA:

OPOSIÇÃO 938

333. Oposição: generalidades	938
334. Conceito e finalidade da oposição	938
335. Legitimidade	939
336. Litisconsórcio na oposição	939
337. Distribuição por dependência	940
338. Citação	940
339. Natureza incidental da demanda de oposição	940
340. Ordem de julgamento e relação de prejudicialidade	940
341. Natureza da sentença e da tutela jurisdicional na oposição	941

CAPÍTULO XL – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA:

HABILITAÇÃO 942

342. Habilitação: generalidades	942
343. Finalidade	942
344. Morte e processo em crise	942
345. Legitimidade/iniciativa no procedimento para a habilitação	944
346. Habilitação incidental e ação de habilitação	944
347. Tramitação do pedido de habilitação	944

CAPÍTULO XLI – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA:

FAMÍLIA 946

348. Ações de família: generalidades	946
349. Aplicação	946
350. Consensualidade nas ações de família	947
351. Aspectos do procedimento	947
352. Intervenção do Ministério Público	948
353. Oitiva de incapaz (depoimento “sem danos”)	948

CAPÍTULO XLII – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA:

MONITÓRIA 949

354. Ação monitória: generalidades	949
355. Finalidade da ação monitória	949
356. Objeto da ação monitória	950
357. Requisitos	950
358. Procedimento	952

359. Limitação à cognição judicial	953
360. Inversão de iniciativa para o contraditório amplo e cognição plena	954
361. Expedição do mandado monitório ou injuntivo	954
362. Alternativas ao demandado	955
363. Estímulo ao atendimento ao mandado e cumprimento da obrigação	956
364. Conversão do mandado injuntivo ou monitório em título executivo judicial	956
365. Possibilidade de rescisória da decisão que determina a expedição do mandado injuntivo	956
366. Embargos ao mandado monitório: conceito, natureza e finalidade	957
367. Matéria a ser alegada	958
368. Prazo para oposição	958
369. Dispensa de segurança do juízo e eficácia suspensiva	958
370. Procedimento, instrução e julgamento	958
371. Embargos fundados no excesso	959
372. Litigância de má-fé na ação monitória e nos embargos ao mandado	960
CAPÍTULO XLIII – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA: HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL	961
373. Homologação de penhor legal: generalidades	961
374. Procedimento	962
375. Homologação extrajudicial do penhor legal	963
CAPÍTULO XLIV – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA: REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA	964
376. Regulação de avaria grossa: generalidades – a avaria no direito marítimo	964
377. Premissa para a regulação de avaria grossa	965
378. Competência	965
379. Legitimação	965
380. Aspectos do procedimento	965
381. Exigência de garantia	966
CAPÍTULO XLV – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA: RESTAURAÇÃO DE AUTOS	968
382. Restauração de autos: generalidades	968
383. Hipótese de aplicação	968
384. Aspectos do procedimento de restauração	968
CAPÍTULO XLVI – DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: TEORIA GERAL	971
385. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária: generalidades	971
386. Conceito de jurisdição voluntária	972
387. Características da jurisdição voluntária	972
388. Procedimento geral ou comum da jurisdição voluntária	974

389. Início do procedimento: legitimados	975
390. Legitimados passivos	975
391. Participação da Fazenda Pública	976
392. Desfecho do procedimento	976
393. Critério de decisão: mitigação da legalidade estrita	976
CAPÍTULO XLVII – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO	978
394. Notificação e interpelação: aspectos fundamentais	978
CAPÍTULO XLVIII – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: ALIENAÇÃO JUDICIAL	980
395. Alienação judicial: aspectos fundamentais	980
CAPÍTULO XLIX – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO CONSENSUAL, EXTENSÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO	982
396. Divórcio e separação consensuais, extinção consensual da união estável e alteração do regime de bens do matrimônio: generalidades	982
397. Divórcio, separação e dissolução consensual de união estável realizados extrajudicialmente	983
398. Divórcio, separação e dissolução consensual de união estável realizados judicialmente	984
399. Alteração do regime de bens do casamento	984
CAPÍTULO L – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: TESTAMENTOS E CODICILOS	986
400. Testamentos e codicilos	986
401. Início do procedimento de verificação de testamentos e codicilos	986
402. Nomeação e obrigações do testamenteiro	987
403. Providências referentes a testamentos públicos e particulares	987
CAPÍTULO LI – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: HERANÇA JACENTE	989
404. Herança jacente: generalidades	989
405. Início do procedimento	989
406. Nomeação de curador e seus encargos ou deveres	990
407. Arrolamento e descrição dos bens	991
408. Não realização ou suspensão da arrecadação	991
409. Divulgação da arrecadação	991
410. Conversão da arrecadação em inventário	992
411. Alienação antecipada de bens do espólio	992
412. Declaração da vacância	992
413. Reclamações posteriores à declaração de vacância	993

CAPÍTULO LII – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: BENS DOS AUSENTES	994
414. Bens dos ausentes: generalidades	994
415. Início do procedimento: requerimento, arrecadação e nomeação de curador ..	995
416. Divulgação da arrecadação	995
417. Citação dos interessados	995
418. Conversão da sucessão provisória em definitiva	995
CAPÍTULO LIII – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: COISAS VAGAS	996
419. Coisas vagas	996
420. Início do procedimento	996
421. Conclusão do procedimento	997
422. Recompensa ao descobridor e indenização ao descobridor	997
CAPÍTULO LIV – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: INTERDIÇÃO	998
423. Interdição: generalidades	998
424. Objeto e finalidade	999
425. Legitimidade ativa	999
426. Legitimidade passiva	1000
427. Petição inicial da interdição	1000
428. Nomeação liminar de curador provisório	1000
429. Instrução do processo de interdição: oitiva do interditando	1001
430. Oitiva de testemunhas	1001
431. Produção de prova pericial	1001
432. Sentença na interdição	1002
433. Levantamento da interdição	1002
434. Poderes do curador	1003
435. Aspectos dos encargos e da responsabilidade do tutor e do curador	1003
436. Remoção de tutor ou curador	1004
437. Cessação do encargo e prestação de contas	1004
CAPÍTULO LV – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES	1006
438. Organização e fiscalização das fundações: generalidades	1006
439. Instituição da fundação	1007
440. Extinção das fundações	1007
CAPÍTULO LVI – PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO	1009

441. Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo: generalidades	1009
442. Início do procedimento: petição inicial	1011
443. Sequência do procedimento	1011

PARTE III – PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, PROCESSO NOS TRIBUNAIS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

LIVRO I – PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	1015
---	-------------

CAPÍTULO I – PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA: ASPECTOS GERAIS	1015
---	-------------

1. Introdução: justificativa	1015
2. Concepção instrumental: unidade funcional da tutela executiva	1017
3. Tutela executiva: eixo central do cumprimento de sentença e do processo de execução	1017
4. Conceito de execução	1017
5. Espécies de execução: direta (própria, por sub-rogação) e indireta e imprópria (coerção)	1018

CAPÍTULO II – OS PRINCÍPIOS RELATIVOS À EXECUÇÃO	1021
---	-------------

6. Princípios gerais da execução	1021
7. Princípios: patrimonialidade	1021
8. Princípios: menor onerosidade (singeleza)	1023
9. Princípios: utilidade	1023
10. Princípios: economicidade	1024
11. Princípios: especificidade	1025
12. Princípios: onerosidade	1026
13. Princípios: dignidade do executado	1026
14. Princípios: disponibilidade	1027

CAPÍTULO III – DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	1029
---	-------------

15. Liquidação da sentença: generalidades	1029
16. Sentenças e decisões interlocutórias	1030
17. Natureza e finalidade do procedimento de liquidação	1031
18. Procedimentos na liquidação	1032
19. Liquidação por arbitramento	1033
20. Liquidação pelo procedimento comum (“por artigos”)	1034
21. Vedação de rediscussão da lide	1035
22. Inexistência da liquidação por cálculo	1035
23. Liquidação provisória e definitiva	1036
24. Liquidação e cumprimento concomitantes	1037
25. Liquidação parcial	1037

26. Natureza da decisão na liquidação	1038
27. Liquidação de valor “zero”	1038
CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES GERAIS DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	1040
28. Cumprimento de sentença: generalidades	1040
29. Cumprimento provisório e definitivo	1040
30. Regime do cumprimento provisório de sentença: iniciativa, responsabilidade e limites	1041
31. Possibilidade de dispensa de caução no cumprimento provisório	1044
32. Formalização do cumprimento provisório	1045
CAPÍTULO V – ASPECTOS DO PROCEDIMENTO DE CUMPRIMENTO	1047
33. Início do procedimento de cumprimento: requerimento do exequente	1047
34. Modos de intimação do devedor para cumprimento	1049
35. Relação jurídica sujeita a condição ou termo: interesse de agir na execução ..	1049
36. Títulos executivos judiciais	1050
37. Necessidade excepcional de citação para início do procedimento de cumprimento	1052
38. Competência para o procedimento de cumprimento	1053
39. Possibilidade de protesto do título judicial transitado em julgado	1054
CAPÍTULO VI – PROCEDIMENTOS DE CUMPRIMENTO EM CORRELAÇÃO COM CADA ESPÉCIE DE OBRIGAÇÃO	1055
40. Cumprimento definitivo: obrigação de pagar quantia certa – fases do procedimento executivo	1055
41. Cumprimento da obrigação de pagar quantia certa: requerimento do credor	1056
42. Cumprimento: obrigação de prestar alimentos – contextualização e justificativa	1057
43. Alternativas (procedimentos) para a execução de alimentos	1058
44. Procedimento específico da execução de alimentos	1059
45. Novo requerimento nos mesmos autos	1060
46. Protesto do título na obrigação de alimentos	1061
47. Regra especial de competência para o procedimento de cumprimento	1061
48. Alternativas do devedor	1062
49. Natureza e finalidade da prisão civil	1063
50. Subsistência da obrigação após a prisão	1063
51. Cumprimento: obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública – generalidades	1064
52. Notícia sobre a disciplina constitucional da matéria	1065
53. Requerimento de cumprimento e procedimento subsequente	1066
54. Execução parcial (requisição parcial)	1067
55. Impugnação da Fazenda Pública	1067

56. Cumprimento de obrigações específicas (fazer, não fazer e entregar coisa): generalidades	1068
57. Cumprimento da obrigação de fazer e de não fazer: requerimento de cum- primento	1069
58. Medidas de apoio	1069
59. A multa cominatória (“astreinte”)	1070
60. Possibilidade de modificação do valor da multa	1071
61. Destinação do valor da multa	1071
62. Execução provisória ou definitiva da multa	1071
63. Cumprimento: obrigação de prestar coisa	1072
64. Direito de retenção por benfeitorias	1073
CAPÍTULO VII – DEFESA NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	1074
65. Defesa no cumprimento de sentença: a impugnação – generalidades e con- ceito	1074
66. Natureza da impugnação	1074
67. Conteúdo da impugnação	1075
68. Procedimento	1076
69. Concessão de efeito suspensivo à impugnação	1077
70. Significado prático do efeito suspensivo	1078
71. Suspensão parcial da execução	1079
CAPÍTULO VIII – EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS	1081
72. Processo de execução de títulos extrajudiciais: generalidades	1081
73. Aplicação subsidiária das disposições do processo de conhecimento	1083
74. Poderes do juiz na execução	1083
75. Disponibilidade incondicionada da execução para o exequente	1086
76. Responsabilidade civil objetiva do exequente pelos danos causados ao exe- cutado	1088
77. Partes no processo executivo	1089
78. Cúmulo subjetivo e objetivo na execução	1090
79. Competência	1091
CAPÍTULO IX – PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO PROCESSO EXECU- TIVO	1092
80. Condições da demanda executiva: generalidades	1092
81. Título de obrigação líquida, certa e exigível	1093
82. Título executivo (pressuposto legal)	1093
83. Exigibilidade da obrigação (pressuposto prático)	1094
84. Títulos executivos extrajudiciais	1095
85. Possibilidade da demanda cognitiva a despeito da existência de título extra- judicial	1097

CAPÍTULO X – RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL NA EXECUÇÃO	1098
86. Responsabilidade patrimonial na execução: generalidades	1098
87. A distinção entre débito (“Schuld”) e responsabilidade (“Haftung”)	1099
88. Fraude à execução: conceito e requisitos	1101
89. Ônus da prova da ocorrência da fraude à execução	1102
90. Fraude à execução e fraude contra credores	1103
91. Execução e direito de retenção	1105
92. Situação do fiador e o benefício de ordem	1105
93. Situação do sócio e benefício de ordem	1106
94. Situação do espólio	1107
CAPÍTULO XI – PROCEDIMENTO EXECUTIVO	1109
95. Diversas espécies de execução: generalidades	1109
96. Preferências (penhora e preferências reais)	1110
97. Procedimento executivo: fases e atos no contexto do “desfecho único” da execução	1111
98. Propositura da demanda executiva	1112
99. Providências a cargo do exequente	1113
100. Citação e interrupção da prescrição	1115
101. Nulidade da execução	1116
102. Ineficácia da alienação: credores com garantia real	1118
103. Diversas espécies de execução: generalidades	1119
CAPÍTULO XII – ENTREGA DE COISA	1121
104. Execução para entrega de coisa (certa e incerta)	1121
105. Execução para entrega de coisa certa: demanda inicial e citação	1121
106. Execução para entrega de coisa: instrução	1122
107. Execução para entrega de coisa: conversão na obrigação subsidiária (por quantia)	1122
108. Execução da obrigação de entregar coisa: cobrança da multa diária	1123
109. Execução de obrigação de entrega de coisa incerta: incidente de concentração	1124
CAPÍTULO XIII – OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER	1125
110. Execução das obrigações de fazer e de não fazer: generalidades	1125
111. Execução da obrigação de fazer: requerimento inicial e citação	1125
112. Execução da obrigação de fazer: opções do exequente	1126
113. Realização da obrigação de fazer por terceiro	1126
114. Obrigação subsidiária (decorrente da conversão em pecúnia)	1128
115. Execução da obrigação de não fazer	1128
CAPÍTULO XIV – OBRIGAÇÃO POR QUANTIA	1129

116. Execução por quantia: generalidades	1129
117. Remição	1130
118. Procedimento: fases e atos	1130
119. Demanda e citação	1131
120. Arresto de bens do executado	1132
121. Averbação da propositura da execução (averbação premonitória)	1133
122. Penhora, depósito e avaliação: generalidades	1134
123. Objeto da penhora	1135
124. Impenhorabilidades	1135
125. Impenhorabilidades absolutas e relativas	1136
126. Impenhorabilidade do bem de família	1139
127. Ordem preferencial da penhora	1141
128. Vedação da penhora insuficiente	1143
129. Documentação da penhora, depósito e registro	1144
130. Lugar da penhora	1146
131. Resistência ao cumprimento do mandado de penhora	1147
132. Modificações da penhora	1147
133. Segunda penhora	1149
134. Alienação antecipada dos bens penhorados	1150
135. Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira	1151
136. Penhora de créditos	1153
137. Penhora de quotas ou ações de sociedades personificadas	1154
138. Penhora de empresa, estabelecimentos e semoventes	1156
139. Penhora de percentual de faturamento de empresa	1158
140. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	1159
141. Avaliação: generalidades	1159
142. Avaliação pelo oficial de justiça	1160
143. Dispensa de avaliação	1161
144. Renovação da avaliação	1162
145. Modificação da penhora como consequência da avaliação	1162
146. Expropriação de bens: generalidades	1162
147. Adjudicação	1162
148. Direito de remissão de bens penhorados gravados com hipoteca	1165
149. Momento da adjudicação	1165
150. Alienação: generalidades	1165
151. Alienação por iniciativa particular	1166
152. Alienação judicial	1167
153. Encargos (deveres) e direitos do leiloeiro	1168
154. Preço para fins de alienação	1168
155. Cientificação de terceiros detentores de preferência ou interesse específico em relação aos bens a serem leiloados	1168

156. Pessoas impedidas de participar do leilão	1169
157. Vedação ao preço vil	1170
158. Arrematação e pagamento dos bens alienados	1171
159. Apresentação de lances em separado (por escrito)	1171
160. Arrematação de imóvel de incapaz	1173
161. Consequências do não pagamento	1173
162. Pagamento pelo fiador	1173
163. Formalização da arrematação, expedição de mandado de imissão ou ordem de entrega	1173
164. Consolidação da arrematação	1174
165. Impugnação da arrematação	1174
166. Prazo para a impugnação da arrematação	1175
167. Expedição de carta de arrematação ou ordem de entrega	1176
168. Desistência da arrematação	1177
169. Ato atentatório à dignidade da justiça	1177
170. Satisfação do crédito	1178
171. Autorização judicial para levantamento do depósito pelo credor	1178
172. Alienação do bem penhorado e as obrigações “propter rem”	1179
173. Pagamento na hipótese do concurso de preferências entre os credores	1179

CAPÍTULO XV – OBRIGAÇÃO POR QUANTIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS 1181

174. Execução contra a Fazenda Pública	1181
175. Execução de alimentos	1182
176. Execução de alimentos: desconto em folha	1184
177. Exclusão de efeito suspensivo nos embargos na execução de alimentos	1185
178. Defesas do executado: generalidades	1185
179. Embargos à execução: natureza	1186
180. Competência	1187
181. Citação do embargado	1187
182. Prazo para ajuizamento	1187
183. Conteúdo (embargos materiais e embargos processuais)	1189
184. Possibilidade de alegação de erro de penhora ou de avaliação por simples petição	1189
185. Particularidades nos embargos por excesso de execução	1190
186. Particularidades nos embargos de retenção por benfeitorias	1191
187. Alegação de impedimento ou de suspeição	1192
188. Reconhecimento da dívida e direito ao parcelamento	1193
189. Rejeição liminar	1195
190. Embargos manifestamente protelatórios: ato atentatório à dignidade da justiça	1196
191. Concessão de efeito suspensivo	1196

192. Revisão da atribuição de efeito suspensivo	1198
193. Concessão de efeito suspensivo parcial	1198
194. Consequência prática do efeito suspensivo	1198
195. Procedimento nos embargos	1199
196. Subsistência da defesa sem embargos (chamada “exceção de pré-executividade”)	1199
197. Outros meios de impugnação (defesas processuais atípicas ou heterotópicas)	1201
198. Suspensão da execução	1202
199. Prescrição intercorrente	1203
200. Configuração da prescrição intercorrente após o início do cumprimento de sentença	1204
201. Extinção da execução	1206

LIVRO II – PROCESSO NOS TRIBUNAIS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS 1208

CAPÍTULO XVII – ASPECTOS GERAIS DO PROCESSO NOS TRIBUNAIS E PRECEDENTES (ENTENDIMENTOS CONSOLIDADOS) 1208

202. Processos nos tribunais e meios de impugnação: introdução	1208
203. Papel dos tribunais no contexto do fortalecimento dos entendimentos consolidados (precedentes)	1209
204. Espécies de entendimentos consolidados no sistema brasileiro	1210
205. Súmulas ou enunciados sumulados	1210
206. Súmulas vinculantes	1212
207. Objeto das súmulas vinculantes	1212
208. Disciplina legal das súmulas vinculantes	1213
209. Procedimento, competência e quórum para aprovação e alteração da súmula vinculante	1213
210. Reclamação para preservação de súmula vinculante	1213
211. Jurisprudência	1214
212. Precedente	1215
213. Deveres judiciais em relação aos entendimentos consolidados	1215
214. Dever de uniformização	1216
215. Dever de observância	1218
216. Entendimentos consolidados vocacionados à vinculação	1220
217. Alteração de entendimentos consolidados: aspectos gerais	1221
218. Alteração de entendimentos consolidados: procedimento e participação	1222
219. Alteração de entendimentos consolidados: fundamentação adequada, específica e consistente	1223
220. Alteração de entendimentos consolidados: modulação de efeitos	1223
221. Conceito de casos repetitivos e a valorização dos entendimentos consolidados	1225

CAPÍTULO XVIII – ASPECTOS DA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS	1226
222. Ordem dos processos no tribunal: aspectos gerais	1226
223. Registro e distribuição de autos	1227
224. Prevenção do relator	1227
225. Atribuições e poderes do relator	1228
226. Relatório e voto	1231
227. Contraditório efetivo e vedação à surpresa no tribunal	1231
228. Designação de data para julgamento	1232
229. Publicação de pauta	1233
230. Ordem de julgamento entre processos, recursos e incidentes	1233
231. Sustentação oral	1235
232. Questões de ordem	1237
233. Ordem de exame de matérias no julgamento no tribunal e deliberações dos julgadores	1238
234. Pedidos de vista	1238
235. Cômputo dos votos, alteração de voto, voto vencido, proclamação do resultado e redação do acórdão	1239
236. Julgamento “estendido”	1240
237. Ementa dos acórdãos	1242
238. Publicação do resultado do julgamento	1242
239. Precedência do agravo de instrumento em relação à apelação	1243
CAPÍTULO XIX – INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	1244
240. Incidente de assunção de competência: generalidades	1244
241. Conceituação	1245
242. Requisitos para a instauração	1245
243. Finalidade	1246
244. Procedimento	1247
245. Julgamento e seus efeitos	1248
CAPÍTULO XX – INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	1249
246. Incidente de arguição de inconstitucionalidade: generalidades – controle de constitucionalidade	1249
247. Conceito do incidente de arguição de inconstitucionalidade	1250
248. Cláusula de reserva de plenário	1251
249. Procedimento	1253
250. Competência	1254
251. Efeitos da decisão	1254
252. Possibilidade de novo incidente	1255

CAPÍTULO XXI – CONFLITO DE COMPETÊNCIA	1256
253. Conflito de competência: generalidades	1256
254. Conflito positivo e negativo de competência	1256
255. Instauração do incidente	1257
256. O incidente e o papel dos juízes em conflito	1257
257. Vedação à suscitação de conflito: parte que alegou incompetência relativa ...	1258
258. Procedimento do conflito de competência	1258
259. Suspensão do processo e medidas urgentes na pendência do conflito	1259
260. Decisão sobre o conflito de competência	1259
261. Preservação dos atos do juízo incompetente	1259
262. Conflito entre colegiados fracionários do tribunal	1260
CAPÍTULO XXII – HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DE “EXEQUATUR” A CARTAS ROGATÓRIAS	1261
263. Homologação de decisão estrangeira e concessão de “exequatur” a carta rogatória: generalidades	1261
264. Competência para a homologação e concessão de “exequatur”	1262
265. Requisitos para a homologação de decisão proferida no estrangeiro	1263
266. Decisões passíveis de homologação	1264
267. Dispensa de homologação	1264
268. Ação de cumprimento	1265
CAPÍTULO XXIII – AÇÃO RESCISÓRIA	1266
269. Ação rescisória: generalidades	1266
270. Conceito	1267
271. Competência	1268
272. Competência: rescisórias a partir do mesmo processo em diferentes tribunais	1269
273. Juízo rescindente e juízo rescisório	1270
274. Impugnação de capítulos da decisão rescindenda	1272
275. Cabimento e limites da reconvenção na ação rescisória	1273
276. Rescisória contra a fundamentação da sentença	1274
277. Fundamentos: a questão da tipicidade na ação rescisória	1274
278. Fundamentos: prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	1275
279. Fundamentos: decisão proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente	1277
280. Fundamentos: dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei	1278
281. Fundamento: manifesta violação de norma jurídica	1279
282. Fundamentos: decisão fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória	1281
283. Fundamento: prova nova	1282

284. Fundamentos: erro de fato verificável do exame dos autos	1283
285. Ação rescisória e ação anulatória	1285
286. Legitimação	1286
287. Litisconsórcio passivo necessário e unitário na ação rescisória	1287
288. Prazo para ajuizamento: natureza	1288
289. Prazo para ajuizamento: regra geral	1289
290. Prazo para ajuizamento: casos especiais	1290
291. Requisitos da petição inicial: cumulação de pedidos rescindente e rescisório	1291
292. Requisitos da petição inicial: impossibilidade de cumulação de pedidos estranhos ao juízo rescindente e rescisório (ausência de interesse de agir: inadequação da via e incompetência do tribunal)	1293
293. Requisitos da petição inicial: depósito preparatório (inclusive a definição de seu valor)	1294
294. Requisitos da petição inicial: incompetência e aditamento	1295
295. Dispensa do depósito preparatório	1296
296. Conversão em multa e perda do valor depositado	1296
297. Procedimento	1297
298. Limites à reconvenção em ação rescisória	1297
299. Intervenção do Ministério Público	1298

CAPÍTULO XXIV – INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS .. 1299

300. Incidente de resolução de demandas repetitivas: generalidades	1299
301. Conceito	1301
302. Cabimento: requisitos ou pressupostos de admissibilidade do incidente	1302
303. Instauração do incidente: processos individuais e coletivos	1302
304. Inadmissão do incidente	1303
305. Natureza predominantemente objetiva do incidente	1303
306. Legitimação para provocar o incidente	1304
307. Competência	1305
308. Intervenção do Ministério Público	1305
309. Procedimento: fases	1306
310. Poderes do relator	1307
311. Suspensão de processos	1308
312. Suspensão nacional de processos	1309
313. Suspensão de processos e tutela de urgência	1310
314. Prazo para julgamento	1310
315. “Amicus curiae” no incidente	1311
316. Efeitos da decisão	1311
317. Revisão de tese	1312
318. Superação da tese por órgão de posicionamento superior	1313
319. Recursos contra a decisão no incidente	1314

CAPÍTULO XXV – RECLAMAÇÃO	1316
320. Reclamação: generalidades	1316
321. Origem jurisprudencial e evolução do instituto	1316
322. Conceito e natureza	1318
323. Finalidade e alcance: hipóteses de cabimento	1320
324. Limites ao emprego da reclamação	1321
325. Vedação: ausência de finalidade rescisória	1322
326. Vedação: não utilização da reclamação como substituto de recursos	1322
327. Subsidiariedade da reclamação	1324
328. Competência	1326
329. Legitimados	1326
330. Intervenção do Ministério Público	1327
331. Procedimento	1328
332. Medidas de urgência na reclamação	1329
333. Intervenção de terceiros na reclamação	1331
334. Impossibilidade de reconvenção	1332
335. Tipicidade da tutela na reclamação	1332
336. Efeitos da decisão na reclamação	1333
CAPÍTULO XXVI – RECURSOS	1334
337. Recursos no processo civil. generalidades: meios de impugnação das decisões judiciais	1334
338. Fundamentos dos recursos: lógicos ou racionais	1335
339. Fundamentos dos recursos: jurídico-constitucionais	1336
340. Fundamentos dos recursos: jurídico-legais	1338
341. Conceito, natureza e finalidade	1338
342. Classificações	1340
343. Correlação entre decisões e meios de impugnação	1343
CAPÍTULO XXVII – PRINCÍPIOS DOS RECURSOS	1345
344. Princípios dos recursos. Aspectos gerais	1345
345. Princípio do duplo grau de jurisdição	1346
346. Princípio da taxatividade	1347
347. Princípio da singularidade recursal (unicidade ou unirrrecorribilidade)	1349
348. Princípio da fungibilidade	1351
349. Princípio da dialeticidade	1353
350. Princípio da voluntariedade	1354
351. Princípio da complementariedade	1354
352. Princípio da proibição da “reformatio in pejus”	1355
353. Princípio da consumação	1357

CAPÍTULO XVIII – EFEITOS DOS RECURSOS	1358
354. Efeitos dos recursos: generalidades	1358
355. Efeito obstativo	1358
356. Efeito devolutivo	1359
357. Efeito suspensivo	1362
358. Efeito ativo (antecipação de tutela em grau de recurso)	1364
359. Efeito extensivo (ou expansivo)	1365
360. Efeito translativo	1366
361. Efeito substitutivo	1367
362. Efeito regressivo	1368
CAPÍTULO XIX – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E MÉRITO NOS RECURSOS	1370
363. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito nos recursos: aspectos gerais	1370
364. Juízo de mérito dos recursos: “erros in procedendo” e “in iudicando”	1373
365. Juízo de mérito dos recursos: teoria da “causa madura”	1374
366. Pressupostos (ou requisitos) de admissibilidade dos recursos	1375
367. Pressuposto intrínseco: cabimento	1376
368. Pressuposto intrínseco: legitimidade para recorrer	1377
369. Pressuposto intrínseco: interesse em recorrer	1377
370. Pressuposto intrínseco: inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer	1379
371. Pressuposto extrínseco: tempestividade	1380
372. Pressuposto extrínseco: preparo	1380
373. Pressuposto extrínseco: regularidade formal	1383
374. Recursos e capítulos da decisão recorrida	1385
CAPÍTULO XXX – ATOS DE DISPOSIÇÃO EM MATÉRIA RECURSAL	1387
375. Atos de disposição e os recursos: renúncia, desistência e aceitação (ou aquiescência)	1387
376. Desistência de recurso	1387
377. Renúncia ao direito de recorrer	1388
378. Aceitação (ou aquiescência)	1389
379. Recurso e litisconsórcio	1391
380. Prazos dos recursos	1393
CAPÍTULO XXXI – DO RECURSO ADESIVO	1394
381. Recurso adesivo: generalidades	1394
382. Cabimento	1395
383. Interposição do recurso adesivo	1395
384. Regime processual do recurso adesivo	1395

CAPÍTULO XXXII – DA APELAÇÃO	1397
385. Recursos em espécie: generalidades	1397
386. Apelação: generalidades	1397
387. Efeitos da apelação	1398
388. Petição de interposição	1402
389. Procedimento da apelação	1403
390. Apelação e questões de fato supervenientes	1403
CAPÍTULO XXXIII – AGRAVO DE INSTRUMENTO	1406
391. Agravo de instrumento: generalidades	1406
392. Rol de casos: taxatividade (mitigada) do agravo de instrumento	1407
393. Hipóteses expressas de cabimento	1408
394. Efeitos do agravo de instrumento	1409
395. Interposição	1410
396. Procedimento, poderes e providências do relator	1411
CAPÍTULO XXXIV – AGRAVO INTERNO	1413
397. Agravo interno: generalidades	1413
398. Cabimento	1413
399. Interposição	1414
400. Procedimento	1415
401. Efeitos do agravo interno	1415
402. Fundamentação específica da decisão do relator	1416
403. Multa no agravo interno	1416
CAPÍTULO XXXV – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	1417
404. Embargos de declaração: generalidades	1417
405. Hipóteses de cabimento	1417
406. Possibilidade de efeitos infringentes	1418
407. Procedimento dos embargos	1419
408. Efeitos dos embargos	1420
409. Fungibilidade entre os embargos de declaração e o agravo interno	1421
410. Embargos protelatórios	1422
411. Embargos de declaração e prequestionamento	1423
CAPÍTULO XXXVI – RECURSO ORDINÁRIO	1425
412. Recurso ordinário: generalidades	1425
413. Disciplina do recurso ordinário	1426
414. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito no recurso ordinário	1426
415. Efeitos do recurso ordinário	1426

CAPÍTULO XXXVII – RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL	1427
416. Recurso extraordinário e recurso especial: generalidades	1427
417. Origens do recurso extraordinário no direito brasileiro	1428
418. Papel ou função do recurso extraordinário e do recurso especial no contexto das competências do STF e do STJ e da valorização dos entendimentos consolidados (precedentes)	1429
419. Funções contemporâneas dos recursos extraordinário e especial no direito brasileiro	1431
420. Requisitos específicos de admissibilidade	1431
421. Pressupostos de admissibilidade: cabimento do recurso extraordinário – causas decididas em única ou última instância (prequestionamento)	1432
422. Pressupostos de admissibilidade: cabimento do recurso extraordinário – contrariedade à Constituição ou declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal	1434
423. Pressupostos de admissibilidade: cabimento do recurso extraordinário – decisão que julga válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal ou que julga válida lei local contestada em face de lei federal	1435
424. Pressupostos de admissibilidade: cabimento do recurso especial – causas decididas em única ou última instância pelos tribunais regionais federais ou pelos tribunais dos estados e do distrito federal	1435
425. Pressupostos de admissibilidade: cabimento do recurso especial – decisão que contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência	1436
426. Pressupostos de admissibilidade: cabimento do recurso especial – decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal	1437
427. Pressupostos de admissibilidade: cabimento do recurso especial – decisão que der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (dissídio jurisprudencial)	1437
428. Pressuposto de admissibilidade: repercussão geral no recurso extraordinário – contextualização	1439
429. Aspectos materiais da repercussão geral	1441
430. Aspectos processuais (e procedimentais) da repercussão geral	1442
431. Intervenção de “amicus curiae” no procedimento de repercussão geral	1443
432. Repercussão geral e suspensão de processos	1444
433. Prazo para o exame da repercussão geral	1445
434. Resultado e efeitos da apreciação da repercussão geral	1445
435. Relevância da questão federal no recurso especial: generalidades	1446
436. Aspectos materiais da relevância da questão de direito federal infraconstitucional	1447
437. Aspectos processuais (e procedimentais) da relevância da questão de direito federal infraconstitucional	1448
438. Resultado e efeitos da decisão sobre a relevância da questão federal	1448
439. Julgamento de recursos extraordinários e especiais repetitivos: generalidades	1449
440. Procedimento incidental para o julgamento dos recursos especiais e extraordinários repetitivos	1451

441. Requisito: multiplicidade de recursos	1451
442. Seleção de casos	1452
443. Decisão de afetação	1453
444. Concomitância de decisões de afetação	1453
445. Desafetação	1454
446. Julgamento dos processos afetados	1454
447. Suspensão de processos	1455
448. Poderes instrutórios do relator no julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos	1455
449. Preferência para julgamento	1455
450. Consequências/efeitos do julgamento do repetitivo	1456
451. Estímulo à adesão espontânea à tese firmada no julgamento do repetitivo ...	1457
452. Juízo de retratação	1457
453. Efeito devolutivo limitado no recurso especial e no extraordinário	1458
454. Recursos extraordinário e especial como mecanismos de revisão, não de mera cassação	1461
CAPÍTULO XXXVIII – AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO ...	1462
455. Agravo em recurso especial e extraordinário: generalidades	1462
456. Conceito	1462
457. Interposição do agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	1463
458. Procedimento	1463
CAPÍTULO XXXIX – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	1465
459. Embargos de divergência: generalidades	1465
460. Conceito	1465
461. Cabimento	1466
462. Limites legais e jurisprudenciais aos embargos de divergência	1467
463. Demonstração de divergência atual e cotejo analítico	1468
464. Aspectos do procedimento dos embargos de divergência	1469
465. Interrupção de prazo	1470
BIBLIOGRAFIA	1471